

- XXXI -

## O PISA: UMA REFLEXÃO SOBRE O PAPEL DA AVALIAÇÃO DE LARGA ESCALA

Edite Maria Sudbrack<sup>14</sup>

Dora Fonseca<sup>15</sup>

Este ensaio de natureza qualitativa reflete acerca da Avaliação Internacional, denominada PISA e seu potencial para induzir outras políticas educacionais, na esteira das regulações supranacionais. Sob o pretexto de monitorar a qualidade, o PISA é portador do signo da reestruturação produtiva do capitalismo e de suas transformações. E, ainda, entende-se que o exame acaba por produzir a hierarquização dos países pela via do conhecimento. A escolha do PISA como foco de análise, situa-se, portanto, em sua macro influência, determinando em tese, a formulação de políticas educacionais no Brasil e Portugal. O estudo se dá pela abordagem sociocrítica, nomeadamente a dos Estudos Comparados de natureza crítica.

Diversos estudos revelam que se regista uma propagação do ideário neoliberal no campo educativo traduzido na expansão das ideias de *mercado* ou *quase mercado educacional* uma *faceta gestonária* utilizada com uma *linguagem bélica* ao nível do discurso político na área da educação, como afirmou contundentemente Formosinho & Machado (2007). São vários os investigadores (SEIXAS, 2001; SÁ, 2002; BARROSO & VISEU, 2003; LIMA, 2011) que nos alertam para essa forte orientação nas políticas educativas em muitos países. É nosso pressuposto que as políticas educacionais estão profundamente marcadas pelas produções e pelas decisões de entidades supranacionais que hoje influenciam claramente as políticas em escala supranacional (CASTRO, 2011). São vários os organismos desse tipo que contribuem

---

<sup>14</sup> Doutora em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação – URI – Campus de Frederico Westphalen. [sudbrack@uri.edu.br](mailto:sudbrack@uri.edu.br)

<sup>15</sup> – Doutora em Educação. Universidade de Aveiro – Portugal. [dorafonseca@ua.pt](mailto:dorafonseca@ua.pt)

formal ou informalmente para a regulação (transnacional) da educação nos diferentes países (AZEVEDO, 2000; SEIXAS, 2001; TEODORO, 2001; NETO-MENDES, 2004; DIAS, 2004; BARROSO, 2006, NÓVOA, 2009; CASTRO, 2011). Na esteira de António Teodoro (2001), dizemos que o *gerencialismo global* faz deslocar, progressivamente, o poder dos vários Estados-Nação para organizações supranacionais as quais aos poucos assumem o controlo das agendas políticas em educação.

Numa perspectiva comparada entre Portugal e Brasil, projeta-se a análise dos mecanismos de Avaliação em Larga Escala, nomeadamente o PISA, na indução de políticas públicas, com potencial, em tese, para induzir políticas educativas. Como aponta Nóvoa (2009, p.29), temos assistido a uma “série de classificações internacionais que não se limitaram a descrever uma situação, mas que constituíram categorias de pensamento, que definiram modalidades de ação”.

O poder atribuído aos resultados do Certame tem facultado aos governos, independente de corrente ideológica, realizar reformas educacionais assentadas nos escores produzidos. Vale dizer, governa-se por números, desconsiderando os processos democráticos de eleição de prioridades, tomada de decisões e de participação.

Esta narrativa ajusta-se ao desenvolvimento econômico e tecnológico para transmutar-se em uma racionalidade instrumental que hierarquiza o conhecimento. Perdem-se, com efeito, os espaços de deliberação democrática, de pensamento crítico e autônomo, substituindo-os por valores do mercado. Em estudo realizado por Afonso e Costa (2009), os mesmos apontam para a existência de uma regulação baseada no conhecimento, denominada de KRT (*Knowledge Based Regulation-Tools*), a qual define cada vez mais a posição dos países no cenário educacional e econômico.

O Inquérito constitui-se em dispositivo internacionalmente aceito, que compara desempenhos escolares entre países, revelando-se num importante mecanismo de ações da OCDE que se justifica, segundo seus argumentos, para medir a qualidade da educação. Além da dimensão técnica, o PISA amealha capital político, pela validação internacional que lhe é conferida, não só pelos países membros da OCDE, mas também pelos que participam do Certame como convidados.

Não por acaso, a definição de políticas públicas de educação tem interessado a estes organismos deixando de ser atributo exclusivo dos estados nacionais. Com efeito, os grandes destinos da educação são gestados em nível supranacional, além fronteiras. No momento em que o conhecimento é a grande moeda, passa a ocupar um lugar no coração da competição

econômica e- por extensão- a transmissão desses conhecimentos, designadamente, a educação (MOUTSIOS, 2009).

O PISA, não apenas aponta capacidades de aprendizagem dos países, mas, sobretudo, sinaliza para quais modos de aprender, os que possuem potencial competitivo mundial. Fabrica e circula, portanto, uma determinada tecnologia de conhecimento e políticas.

A OCDE tem consciência desta ingerência que causa e a monitora através de levantamentos, que apontam seus impactos nas políticas educativas dos países. No caso deste estudo que envolve o PISA, o exame é legitimado, pela adesão dos países membros, como Portugal, e também dos países convidados como o Brasil, os quais levam em conta seus resultados na formulação de medidas educacionais.

A OCDE apresenta grande credibilidade de seus métodos; a maleabilidade envolve a possibilidade que o instrumento possui de ser adaptado a diferentes contextos nacionais; a relevância simbólica reside no simbolismo dos processos de adesão dos países, dando-lhes visibilidade e integração às agendas internacionais; a pertinência dá ao PISA, grande relevância política, já que conscientiza, indica problemas e valoriza os bons indicadores dos sistemas avaliados.

Este estudo inscreve-se como um estudo de natureza qualitativa. A abordagem do problema “O PISA: um estudo comparativo entre Portugal e Brasil”, deu-se pela abordagem sociocrítica, nomeadamente a dos Estudos Comparados de natureza crítica.

Esta abordagem metodológica realiza uma ruptura com o comparatismo tradicional em educação, seja no plano político, seja opondo-se a formas consensualistas etnocentradas, que tomam os países colonialistas como superiores.

A categoria definida, a priori, como geral, a Regulação transnacional, justifica-se, na tese de que o PISA consubstancia-se como instrumento regulador das políticas em nível transnacional, estabelecendo-se como carro-chefe das políticas educativas da OCDE, com prestígio e credibilidade, bem como, pela capacidade de induzir reformas educativas em diferentes países. Nas palavras de Carvalho e Costa (2011, p. 73) “O PISA vive e sobrevive não para resolver problemas, mas porque cria nos seus utilizadores a percepção de que lhe é útil para resolverem problemas que imaginam serem os seus”.

## REFERÊNCIAS

ARRUDA, M. Globalização e sociedade civil: repensando o cooperativismo no contexto da cidadania activa. In: ARRUDA, M; BOOF, L. *Globalização: desafios*

CARVALHO, L.M.; COSTA, E. Fabricando o espelho do perito: a construção de conhecimento pericial no mundo do PISA. In: CARVALHO, L.M. [coord.]. *O espelho do perito: Inquéritos internacionais, conhecimento e política em educação- o caso do PISA*. Fundação Manuel Leão, 2011.

CASTRO, D.P. *Auditoria, contabilidade e controle interno no setor público: integração das áreas do ciclo de gestão: contabilidade, orçamento e auditoria e organização dos controles internos como suporte à governança corporativa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

FORMOSINHO, J. & MACHADO, J. A Modernidade, Burocracia e Pedagogia. In J. SOUSA & C. FINO (Org.). *A Escola Sob Suspeita*. Porto: ASA, 2007, pp. 97-119.

MOUTSIOS, S. *The transnationalization of. Educacion policy-making: dominant institutions and policies*. Saarbrucken, Germany, UDM, 2009.

NÓVOA, A. *Professores: Imagens do futuro presente*. Lisboa: Educa, 2009.

TEODORO, A. Organizações internacionais e políticas educativas nacionais: a emergência de novas formas de regulação transnacional, ou uma globalização de baixa intensidade. In: STOER, S.R.; CORTESÃO, L.; CORREIA, J.A. (org.). *Transnacionalização da Educação: da crise da educação à “educação” da crise*. Porto, Portugal: Edições Afrontamento, 2001.